

Evitar o impensável: a destruição irremediável do quadro de vida. Uma análise a partir do Projeto de Mina de Ouro da Boa Fé

José Rodrigues dos Santos

Introdução: a perceção do risco

A perceção do risco ocupa um lugar decisivo no modo como as populações lidam com os projetos industriais que comportam riscos ambientais graves.

A propósito dum exemplo concreto (Projeto de Mina de Ouro na Boa Fé, Évora), desenvolvemos uma reflexão sobre os obstáculos que dificultam, por parte das populações atingidas, a perceção do impacto previsível dum projeto mineiro sobre o ambiente local e sobre as suas vidas. Por outras palavras, trata-se de entender o que torna as catástrofes ambientais inimagináveis antes que se produzam, apesar de estarem virtualmente disponíveis as informações que as tornam previsíveis, ou até certas. A hipótese que avançamos consiste em pensar que a antecipação de danos ecológicos gerais (poluições sobretudo quando os agentes são invisíveis, por exemplo os metais pesados), ou de impactes predominantemente económicos (danos nas infraestruturas, rodoviárias ou outras) é difícil de visualizar, por um lado, porque esses danos são exteriores ao imediato ambiente de vida e à experiência anterior dos habitantes e, por outro, porque o evento fortemente negativo tende a ser considerado impossível. Como veremos, nos meios tecnológicos, a negação da possibilidade tem lugar mau grado o facto que os agentes dispõem não só de informação, mas de conhecimentos consensuais no seu meio, que provam a elevada probabilidade dos desastres. Junto da população, se o mesmo mecanismo pode estar em jogo, ele é sustentado pela restrição da informação que lhe é comunicada, e pelo enviesamento sistemático, deliberado dos factos, na comunicação empresarial disponibilizada na página da empresa na internet e/ou fornecida às autoridades (ministério da economia, autarquias).

No sentido oposto, isto é, no que respeita a "vantagens" dos projetos, e de modo algo paradoxal, os supostos benefícios materiais de tais projetos (empregos,

"desenvolvimento"), embora sejam também antecipações e promessas virtuais, são recebidos, de início, como evidências sem dúvida por serem derivados de elementos fulcrais da ideologia dominante pesadamente propagados pelos meios de comunicação maioritários. O trabalho "pedagógico" desenvolvido no movimento que aqui se apresenta consistiu, por um lado, em "relocalizar" a informação, trazendo o foco de atenção para a destruição do entorno imediato e do quadro de vida das pessoas; e por outro, a praticar com os habitantes o exercício que consiste em fazer como se a catástrofe já se tivesse produzido (Dupuy 2002; Dupuy 2005). A partir dessa postura e dessa sensibilização e só a partir delas, a informação mais técnica e mais geral, pôde ser transmitida, recebida, aceite.

A Freguesia de Nossa Senhora da Boa Fé

A freguesia da Nossa Senhora da Boa Fé situa-se a cerca de 20km de Évora (cidade capital do distrito e classificada como Património da Humanidade / Unesco), tinha em 2011 322 habitantes, tendo sido reunida com a Freguesia de São Sebastião da Giesteira (760 habitantes). A nova União de Freguesias cobre uma área total de 75,4 Km². A pequena região a que pertence a Boa Fé é rica em vestígios neolíticos (menhires, antas, cromeleques). A três quilómetros do sítio previsto para a mina situa-se uma gruta declarada monumento nacional, a Gruta do Escoural, cuja primeira ocupação data do Paleolítico Médio, na qual foram identificadas gravuras e restos humanos de Neandertahl, assim como vestígios de ocupações ulteriores por Homens Modernos. Uma igreja remodelada nos séculos XVII e XVIII e classificada como imóvel de interesse público encontra-se a uns escassos 500 metros de uma das cortas previstas. O território confina com uma Zona de Proteção Especial "Natura 2000" e abriga uma flora e uma fauna de excepcional riqueza. Numerosas linhas de água (particularmente, a Ribeira de São Brissos) atravessam este território, onde existem nascentes, charcas e poços utilizados para a irrigação das hortas e jardins. Um projeto de conservação do ambiente financiado pela União Europeia abrange uma vasta herdade situada na Freguesia. A população tem um nível económico modesto e vive de atividades ligadas à agricultura, à pecuária e à extração da cortiça. A pequena escala pratica-se o fabrico artesanal de carvão de sobro e de azinho, a partir dum montado misto cuja qualidade ecológica é excepcional, devida sem dúvida à presença das linhas de água, à qualidade dos solos, que contrasta com

a média no alentejo e à excelente conservação praticada durante os últimos séculos pela atividade camponesa (hortas, pequenas explorações agrícolas, contrastando localmente com o regime do latifúndio). Pequenas empresas de construção civil ocupam a população ativa, e a taxa de desemprego permanece muito mais baixa que nas áreas urbanas do concelho de Évora (cerca de 6% comparados com 13%).

Um projeto de mina de ouro na Boa Fé?

Foi neste ambiente excepcionalmente rico do ponto de vista ecológico e numa situação social tornada mais inquietante pelo clima de "crise" económica, que a população viu surgir – na verdade, ressurgir- o projeto mineiro. Com efeito, o processo de exploração dos recursos pelas empresas mineiras nesta pequena região tem uma história já longa, que abrange mais de quatro décadas. Sem recuar mais longe no tempo, os habitantes viram passar os homens da RioFinEx¹ que efetuaram prospeções entre 1984 e 1992 seguidos, entre 1995 e 1999, pelos agentes da Portuglobal-Moriminas². A concessão mineira terá provavelmente sido concedida a Kernow Resources & Developments Ltd³, que prosseguiu os trabalhos. A Kernow cede o lugar à Rio Narcea Gold Mines⁴. A estas companhias sucede a Iberian Resources, que desempenhará um papel importante nesta história⁵, visto que foi a Iberian que cedeu à Colt Resources a concessão das minas de "Monfurado e Montemor" que incluem o projeto que nos interessa aqui (Boa Fé e Montemor, jazigos da Chaminé, das Casas Novas, Braços e Banhos). A canadiana Colt Resources é a atual detentora dos contratos de exploração. Em mais de três décadas, a prospeção de minério de ouro e a avaliação da rentabilidade da sua extração seguiu a evolução caprichosa da especulação sobre esse metal. Os gráficos históricos elaborados pelas empresas de negociação bolsista (acessíveis por exemplo em http://france-inflation.com/cours_de_1_or_historique_et_actuel.php) mostram de que modo a cotação do ouro passou (em dólares constantes 1980) de cerca de 400 para mais de 1600\$ por onça.

O número de empresas que se sucederam no sítio denota a instabilidade da base económica dos projetos, mas o destino agitado das próprias empresas é ainda mais elucidativo, visto que se produziram pelo menos quatro falências e um sem-número de aquisições das empresas entre elas e de fusões e reestruturações⁶.

Contudo, a informação que diz respeito ao mundo empresarial diretamente envolvido na prospeção e na exploração mineira, desde a identidade das empresas até aos motivos de lançamento, abandono e retoma dos projetos, escapa por completo à população. E, devemos sublinhá-lo, permanece inacessível aos responsáveis locais e regionais (autarquias, administrações regionais). "Eles vêm... depois vão-se embora", assim se descreve no local o desfile de empresas que se sucedem no terreno que chegam a empregar algum pessoal e passado pouco tempo o despedem sem explicação.

Uma mudança significativa produz-se, contudo, a partir de 2008, quando a Colt adquire à Iberian a concessão (contrato com o Estado) da Boa Fé / Montemor e relança os trabalhos de prospeção. É lícito pensar que a subida significativa da cotação do ouro no início dos anos oitenta e novamente a partir de 2008, influiu na decisão de retomar os trabalhos, como a sua queda terá tido algum peso na sua suspensão.

O projeto, apresentado como "mina experimental", é objeto de novos contratos com o Estado, através da Direção Geral da Energia e Geologia (DGEG), do Ministério da Economia. A definição dos objetivos, das localizações exatas, das características técnicas da intervenção no terreno, são regularmente submetidas à DGEG e aprovadas no seu princípio.

Todavia, a legislação em vigor prevê que as autarquias cujo território é envolvido devem ser consultadas. Ora, a partir de 2006, uma série de projetos de gestão integrada do ambiente⁷ é elaborada e vai resultar na definição de zonas protegidas, com a aprovação e a ajuda da União Europeia (UE) (Natura 2000, Life, etc.). Nestas zonas são feitos inventários biológicos (faunísticos, florísticos), geológicos, arqueológicos, sociológicos. A caracterização dos elementos cuja salvaguarda a elevação ao estatuto de zona "Natura 2000" será feita pelos municípios de Montemor e Évora, desemboca em 2010 na elaboração do Plano de Intervenção no Espaço Rural de Monfurado (PIERSM), documento legal de enquadramento das atividades no perímetro protegido. Uma versão prévia será submetida à discussão pública, entre 11/02/2010 e 15/03/2010⁸. A julgar pela lista de contributos, como se depreende do "Relatório de ponderação da discussão pública" (CME, outubro de 2010), a participação foi sobretudo institucional. Dos contributos registados importa realçar os de

dois intervenientes nucleares: a Iberian Resources (então ainda detentora das concessões mineiras) e a DGEG.

A primeira escreve:

- Analisando o regulamento do PIERSM a exploração dos depósitos minerais inseridos no Sítio de Monfurado não se afigura compatível com as seguintes disposições regulamentares: a) art 8.º (atividades interditas), alínea a) do n.º1, que interdita a instalação de unidades industriais (tipo 1 e 2) e, por esta via, impediria a instalação da unidade industrial para concentração do ouro (lavaria) anexa à exploração mineira; b) art 8.º (atividades interditas), alínea g) e k) do n.º1, que interditam, à partida, a acessibilidade aos recursos geológicos nas condições de coberto vegetal previstas; c) art 10.º (atividades permitidas e preferências) no qual não está prevista a valorização dos recursos geológicos, que também são recursos naturais.

- (...) Solicita-se a revisão do regulamento do PIERSM, bem como a inserção na respetiva planta de condicionantes do polígono concessão mineira experimental para minerais auríferos compatibilidades de exploração, de modo a que esse plano possa prever o estabelecimento da atividade extrativa, em consonância com os objetivos ambientais que o mesmo visa a assegurar.⁹

O pedido de alteração do art. 8 1a), g), e k) e do art. 10 será vigorosamente apoiado pela DGEG cujos pareceres são redigidos de modo assertivo, levando as câmaras a considerar oportuna a alteração do "art. 10 - De forma a dar cumprimento ao parecer emitido pela DGEG"¹⁰, o que resultou na inclusão das "exploração de recursos geológicos" na enumeração das "atividades admitidas e preferenciais", que antes as excluía. Quanto ao 8º, reza o relatório que a "línea a) foi eliminada, tendo-se assumido, após ponderação de várias participações, que o critério de decisão não deveria ser a tipologia da indústria, mas a sua dependência ou não da proximidade com os recursos naturais. Assumiu-se assim a instalação de indústrias do tipo 1 e 2 mediante estudos que demonstrem que a mesmas podem coexistir com os valores presentes (...)". A redação das alíneas g) e k) foi alterada como pediam a empresa e a DGEG. A alínea g) previa uma exceção à proibição de abates de árvores: "[é proibido o] Corte ou

abate de carvalhos (*Quercus pyrenaica* e *Quercus faginea*), exceto por razões fitossanitárias e para condução dos povoamentos". Na nova redação acrescenta-se:

para exploração de recursos geológicos na área assinalada para este fim na Planta de Implantação, bem como alargamento de vias públicas, instalação de infraestruturas de abastecimento de água, recolha e tratamento de esgotos e fornecimento de eletricidade e gás em qualquer área do SIC¹¹, quando de imprescindível utilidade pública¹² e devidamente autorizadas. (sublinhado meu).

A atividade mineira que tanto os estudos científicos de referência como o bom senso excluíam, encontra-se agora autorizada no interior do espaço de proteção - PIERSM - e no seu próprio núcleo (Natura 2000), onde a mais pequena intervenção tinha sido, com grande desconforto para os habitantes, proibida (por exemplo, a construção dum pequeno anexo-garagem, o alargamento dum caminho rural, uma nova vedação, etc.).

A fim de reforçar o estatuto jurídico da "autorização" (que permanecia, na nova redação, como simples não-proibição), a DGEG declarou num ofício a alteração da sua posição, exigindo que as áreas de exploração mineira sejam consideradas "servidões administrativas". Enquanto tais, essas áreas ficam (como já é o caso, aliás, para as concessões mineiras), exclusivamente dependentes de decisões do Estado central, ou seja, da própria DGEG. A 31 de janeiro de 2011 é finalmente publicado no Diário da República (DR), pela Câmara Municipal de Évora o Aviso 3305/2011, seguido a 1 de fevereiro de 2011 pela publicação pela CMM no DR do Aviso nº 3453/2011. Estes avisos, de idêntico teor, contêm os instrumentos definitivos de caracterização (cartografia, inventários) e de gestão (regulamentos) do Sítio de Monfurado. A mina vai poder, enfim, ser criada na vizinhança imediata e até no interior do Espaço de Proteção e Valorização.

As autarquias, embora de cores políticas diferentes (Montemor é comunista, Évora, nesse momento, socialista), emitem portanto pareceres favoráveis. Em diversas declarações, os responsáveis justificam as suas posições com base em dois argumentos: a promessa de criação de emprego e de atividade económica induzida, e a possibilidade de compatibilização da mina com os objetivos (e constrangimentos, tratando-se dum espaço "Natura 2000") de conservação

ecológica do Sítio de Interesse Comunitário de Monfurado. Solicitados pelos media, elogiam o projeto, sublinham que se trata de projetos antigos e que nunca puderam ser implementados, e manifestam esperança na sua rápida realização. Os jornais adotam um tom triunfalista: "Há ouro no Alentejo!", "Toneladas de ouro no Alentejo!", etc¹³. Enquanto o país vive uma crise económica e social sem precedente, o novo ministro da economia, na altura um universitário português instalado no Canadá, decide "abrir" as possibilidades de exploração dos recursos geológicos. Sem poder desenvolver este aspeto como seria necessário, notaremos aqui apenas o facto que na arbitragem da rentabilidade económica versus preservação dos recursos ecológicos e da qualidade de vida das pessoas, a primeira impõe-se em absoluto. O clima de crise social, económica e a conjuntura política marginalizam as preocupações ambientais, fenómeno que se manifesta também a nível europeu no mesmo período.

O que é o projeto mineiro de Boa Fé?

Mina experimental

O projeto define-se como a realização duma "mina experimental", cuja dimensão é "limitada", destinada a testar a exequibilidade e a rentabilidade duma mina em escala real, muito maior. A licença diz respeito a uma área de 46,8 Km², centrada principalmente nas freguesias da Boa Fé, de São Sebastião da Giesteira, de São Brissos e de Santiago do Escoural. Essa área experimental é rodeada por outra mais vasta, com a superfície de 732,6 Km², que se estende por vários concelhos do distrito de Évora e se estende desde os limites urbanos da cidade de Évora até aos limites urbanos de Vendas Novas. A duração prevista da mina é de 5 anos¹⁴.

A extração consiste nas fases seguintes:

- Retirar as camadas de rocha não aproveitáveis e transportá-las para os depósitos (escombreyras).
- Extração e moagem do minério para obtenção duma "farinha" fina.
- Lavagem do minério em pó: flutuação com sulfato de cobre e floculação com amilxantato de potássio ou outros produtos químicos.
- Recuperação do ouro e outros metais em concentrados

- Transporte dos concentrados de ouro para a lavaria industrial de Aljustrel, um percurso que conta entre 95 e 115 quilómetros (consoante o itinerário), para tratamento com cianetos¹⁵ de forma a realizar a separação final do ouro a partir dos concentrados.

Os buracos resultantes da extração de minério a céu aberto teriam um volume total de 6,4 milhões de metros cúbicos e uma superfície 60.000m², com cerca de 100m de profundidade em média. Estes seis hectares de cortas seriam rodeados por uma "área cativa" de 90 hectares para uso industrial (escombreiras, barragem de rejeitados, construções industriais, áreas de manobra, acessos). A área total afetada seria portanto de cerca de 100 ha (equivalente a um quadrado de 1 km por 1 km), avaliação restrita, visto que as vedações previstas e os acessos incluiriam uma superfície superior.

Resíduos destes processos: escombreira e rejeitados

A escombreira receberia as rochas inaproveitáveis (waste rock) extraídas das cortas, mas cujo teor em mineral útil (ouro) é nulo ou insuficiente. Previa-se a produção de 12,7 milhões de toneladas (2,2 milhões de toneladas por ano), o que representaria um volume de 6,4 milhões de metros cúbicos. O seu armazenamento far-se-ia num depósito recobrimdo uma superfície de 37,5 hectares (375.000 m², ou seja, p. ex., um retângulo de 1 km por 375m). Os 6,4 milhões de metros cúbicos de rochas designadas como estéreis ou inertes contêm metais pesados, e importantes quantidades de arsénico. Ao serem lavadas pelas chuvas, gera-se um fenómeno, bem conhecido dos peritos, chamado lixiviação ácida das rochas que os especialistas consideram cada vez mais como um problema muito grave, dado que o lixiviado polui solos, linhas de água e aquíferos, não só pela sua extrema acidez, mas também pelo facto de arrastar importantes quantidades de metais pesados (na Boa Fé: chumbo, cromo, cádmio, níquel, etc.)¹⁶.

A barragem de rejeitados seria destinada a conter os resíduos dos minérios (tailings), líquidos produzidos pela lavagem dos minérios moídos e pela flutuação que separa o minério contendo ouro da ganga. O projeto previa a produção de 700.000 toneladas por ano, ou seja 3,5 milhões de toneladas durante a vida da mina. Essas lamas tóxicas seriam armazenadas numa albufeira de rejeitados. Esses resíduos da lavaria contêm metais pesados, e

principalmente arsénico: por cada tonelada de minério extraído, há cerca de 2 a 4 gramas de ouro mas cerca de 9 kg de arsénico, assim como uma tonelada de lamas contendo sulfato de cobre e amilxantato de potássio, e outros químicos perigosos. A barragem seria sustentada por dois diques, dos quais um com uma altura de 21 metros (um edifício de 9 andares) e o outro com a altura de 15 metros (edifício de 5 andares).

A situação ecológica e social que seria criada pela mina e os riscos dela decorrentes deve ser analisada em duas modalidades distintas: os riscos resultantes da laboração normal da mineração e os riscos potenciais resultantes de acidentes (por definição, anormais embora previsíveis).

Riscos resultantes da operação normal da mina

Riscos ecológicos

Entre estes, foram considerados (embora os documentos oficiais os minimizem):

- Impacte sobre a hidrogeologia (linhas de água, aquíferos, etc.). O seu estudo estava previsto, mas não foi feito, assentando o projeto apenas nos dados regionais genéricos existentes. Recorde-se que a excavação das cortas exigia o desvio de várias linhas de água, sendo uma delas a principal (Ribeira de São Brissos) e outras importantes.
- Impacte sobre a vegetação: abate de cerca de 10.000 sobreiros e azinheiras (uma forte percentagem dessas árvores é pluricentenária); efeitos de stress hídrico e provável morte de milhares de outras árvores numa vasta zona envolvente (cerca de 20Km²) das cortas que funcionariam como enormes (100m e 120m de profundidade em 6 ha) poços drenantes.
- Problemas de ruídos, as instalações (moagem e lavaria) devendo funcionar em regime de 3x8horas).
- Problemas de empoeiramento, nomeadamente com o arsénico (vários milhares de toneladas de arsénico extraído e colocado ao ar livre¹⁷).
- Problemas dos efluentes: tratamento dos resíduos. Inclui o seu transporte dum local para o outro, e o seu armazenamento definitivo no próprio sítio. Problemas considerados nos documentos da empresa como sem solução.
- O risco decorrente da lixiviação ácida das rocha armazenadas na escombreira existe independentemente de qualquer acidente. Ele resulta

dum processo bio-químico que se manifesta em todas escombreiras (até hoje sem exceção) que contenham rochas com sulfuretos (e seria o caso aqui). Além do escorrimento extremamente ácido, a lixiviação dissolve e transporta toda uma gama de metais pesados (muitos dos quais presentes na Boa Fé) que são perigosos.

- Degradação das vias de circulação (camiões de 60T em passagens frequentes).
- Custos da restauração dos sítios e das paisagens (nomeadamente, replantação de sobreiros). O investimento previsto para remediar é de 1,4 M€. Mas realizações recentes mostram que os custos destas operações são 4 a 5 vezes superiores. Quanto à reposição das matas de árvores centenárias (sobreiros e azinheiras), ela é, dum ponto de vista prático, uma estrita impossibilidade.

Esta seria a situação ecológica resultante da mina, se "tudo corresse bem", isto é, na ausência de acidentes.

Riscos económicos e sociais (na hipótese de ausência de acidentes)

O projeto entregue pela empresa ao ministério da economia distingue a fase de laboração (5 anos) e a fase de encerramento, que inclui os trabalhos de restauração dos sítios mineiros (demolição dos edifícios, replantações de árvores nas escombreiras e no seu entorno, etc.¹⁸). E prevê igualmente que, uma vez recebido o acordo do ministério quanto ao cumprimento das obrigações contratuais das duas fases, o sítio mineiro seja transferido para uma entidade proprietária. Esta não foi especificada, deixando subsistir a dúvida quanto a saber se seria o estado central ou se seriam as autarquias a receber a responsabilidade de monitorização e de manutenção do sítio.

Ora, estas responsabilidades são importantes e acarretam elevados custos. No que concerne à monitorização, previa-se que a estabilidade e integridade dos paredões (que são mais exatamente diques, porque não seriam construídos em alvenaria ou betão), deveria efetuar-se mediante a instalação de sensores piezométricos e outros aparelhos de controlo e ser objeto dum acompanhamento técnico constante. Trata-se de detetar qualquer anomalia (fissura, deslocação de terreno, etc.) que pudesse ocorrer (como aliás é frequente que aconteça em construções deste tipo).

Estando prevista a construção de duas piscinas (uma a jusante de cada um dos diques), destinadas a recolher os efluentes tóxicos da barragem de rejeitados e sendo elas previsivelmente insuficientes para conter o fluxo normal, prevê-se também a instalação de poderosas estações de bombagem dos efluentes, das piscinas para a barragem a montante.

Prevê-se ainda que num prazo mais ou menos longo (mas já depois do encerramento da mina), seja necessário construir uma estação especializada para o tratamento dos efluentes resultantes de infiltrações sob as barragens e/ou de transbordamento destas, de modo a evitar que os efluentes poluam a Ribeira de São Brissos e as outras linhas de água.

Ora, não só não são calculados no projeto os custos destas três componentes (monitorização, bombagem, estação de tratamento de efluentes), como também se omite o facto que estes custos, em condições normais, são para sempre: não é possível prever uma data limite a nenhum deles sem comprometer a segurança ambiental do sítio e das populações: seriam, pois, um risco e um custo permanente que afetariam de forma direta as populações locais.

Os riscos decorrentes de acidentes

Uma mina como a da Boa Fé suporia intensos transportes de substâncias perigosas: centenas de toneladas de explosivos milhares de toneladas de produtos tóxicos (sulfato de cobre, amilxantato de potássio ou outro floculante, etc.) dos portos para a mina, milhares de toneladas de concentrado de ouro da mina para tratamento em Aljustrel.

Por mais cuidadosos que fossem esses transportes, qualquer acidente teria graves consequências. O risco de acidente, cuja probabilidade é difícil apreciar, seria tanto mais grave que todos estes transportes suporiam a travessia de zonas densamente povoadas, incluindo as cidades de Montemor-o-Novo e Évora.

Os riscos mais graves são, todavia, os que resultam da possibilidade de rutura dos diques de retenção da barragem de rejeitados. O projeto estima que a rutura dos diques acarretaria derrames de lamas tóxicas cobrindo grandes superfícies nos vales a jusante (cerca de 27 km² para um dos diques e 20 km² para o outro).

Não era fornecida qualquer avaliação dos danos assim causados nem dos custos de recuperação dessas áreas (custos humanos, ecológicos, económicos).

A questão das garantias: cumprimento dos compromissos e responsabilidade

Um tipo de risco muito especial decorre da fiabilidade dos compromissos assumidos a priori pela empresa mineira. Com efeito, no projeto são mencionadas numerosas características técnicas que devem garantir a boa execução dos trabalhos, em conformidade com a legislação aplicável e as normas em vigor, tanto do ponto de vista industrial e das condições de segurança no trabalho, como no modo de gestão dos recursos naturais sobre os quais a empresa intervém (flora, fauna, água, qualidade do ar, etc.). A verificação do respeito dessas normas e dos compromissos contratuais (construções, instalação das escomboreiras e barragens de rejeitados, vias de acesso, etc.) incumbe em casos semelhantes obviamente às instâncias públicas competentes. Ela seria levada a cabo durante a fase de laboração, enquanto a mina estivesse ativa e estando em curso a extração do ouro. Resta um problema que nem a DGEG nem, por maioria de razão a empresa levantaram: o que aconteceria no caso de a empresa decidir abandonar a laboração na mina, por razões comerciais ou financeiras? Quem assumiria a responsabilidade pelo encerramento e pelos respetivos custos (que podem elevar-se a muitos (?) milhões de euros)? A esta eventualidade acresce uma outra: que entidade seria responsável pela fase de encerramento se, finda a exploração da mina, a empresa falisse sem cumprir o compromisso contratual de bom encerramento? Estas questões, para quem não conhece o contexto empresarial e financeiro das empresas mineiras do ouro, podem parecer especulação sobre eventualidades abstratas. Mas elas não são imaginação, nem simples abstrações. Com efeito, o inquérito sobre a estrutura empresarial da mineração do ouro revelou quatro características surpreendentes. A primeira é o número elevadíssimo de compras e fusões de empresas entre elas; a segunda é a velocidade a que esses processos ocorrem, envolvendo mudanças de multi-participações cruzadas e trocas de pessoal dirigente em curtos prazos; a terceira é o elevado número de falências que se regista entre essas empresas; por fim, a quarta é a prevalência (no meio de gigantes mundiais) de empresas mineiras de responsabilidade limitada com capitais sociais irrisórios (da ordem dos 5.000 euros), que tornam inexplicável a sua capacidade para investir (e

perder) milhões de dólares ou euros. A descoberta foi que nos encontrávamos perante um universo empresarial absolutamente atípico. Para dar uma pequena ideia da turbulência empresarial e financeira desse meio, o leitor pode consultar as notas 1 a 5.

Centrando resumidamente a análise na empresa titular do projeto a Boa Fé (depois da compra da concessão à Iberian Resources), a Colt Resources, observamos que a empresa-mãe, com sede no Canadá declara agir em Portugal através da suas filiais (subsidiaries) cuja propriedade detém a 100% (Colt). Ora, estas filiais têm uma característica comum: são "sociedades unipessoais de responsabilidade limitada" com um capital de 5.000 (cinco mil) euros. A Colt canadiana criou uma filial portuguesa para cada projeto local, e filiais financeiras especializadas nas Ilhas Caimão.

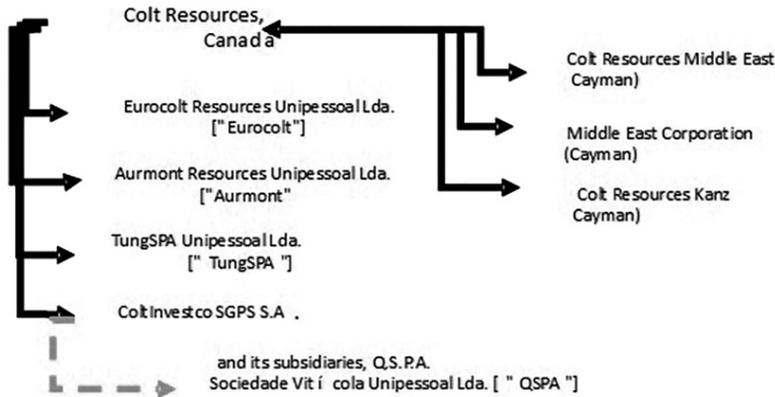
Quem são as empresas? A questão da credibilidade

Mas elas não são imaginação, nem simples abstrações. Com efeito, o inquérito sobre a estrutura empresarial da mineração do ouro revelou quatro características surpreendentes. A primeira é o número elevadíssimo de compras e fusões de empresas entre elas; a segunda é a velocidade a que esses processos ocorrem, envolvendo mudanças de multi-participações cruzadas e trocas de pessoal dirigente em curtos prazos; a terceira é o elevado número de falências que se regista entre essas empresas; por fim, a quarta é a prevalência (no meio de gigantes mundiais) de empresas mineiras de "responsabilidade limitada" com capitais sociais irrisórios (da ordem dos 5000 euros), que tornam inexplicável a sua capacidade para investir (e perder) milhões de dólares ou euros. A descoberta foi que nos encontrávamos perante um universo empresarial absolutamente atípico. Para dar uma pequena ideia da turbulência empresarial e financeira desse meio, o leitor pode consultar as notas 1 a 5.

Centrando resumidamente a análise na empresa titular do projeto a Boa Fé (depois da compra da concessão à Iberian Resources), a Colt Resources, observamos que a empresa-mãe, com sede no Canadá declara "agir em Portugal através da suas filiais (subsidiaries) cuja propriedade detém a 100%" (Colt). Ora, estas filiais têm uma característica comum: são "sociedades unipessoais de responsabilidade limitada" com um capital de 5000 (cinco mil) euros. A

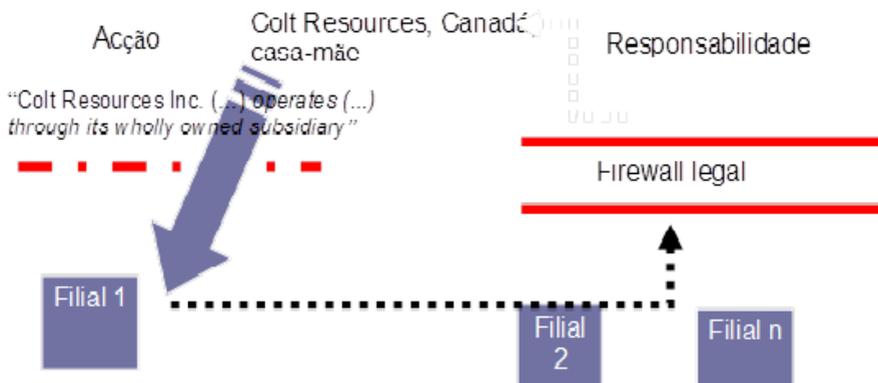
Colt canadiana criou uma filial portuguesa para cada projeto local, e filiais financeiras especializadas nas Ilhas Caimão.¹⁹

Figura 1. Estrutura empresarial: Uma filial para cada negócio



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da informação de empresa, disponível em www.coltresources.com.

Figura 2. A imunidade da casa-mãe às falências de filiais



Fonte: Esquema do autor, elaborado a partir de coltresources.com.

A estrutura atípica que aqui se constata corresponde a uma técnica de predação: "filial-falência":

- A companhia-mãe abre uma filial (com capital social de 5000€) para cada mina.
- Quando deixa de ser rentável a filial vai à falência.
- A companhia não é responsável por aquilo que a filial deixa atrás dela.
- O Estado gastam dinheiro público para remediar os estragos.

A técnica filial-falência não é própria apenas das filiais portuguesas, nem da Colt Resources; as notas 1 a 5 contêm alguns exemplos que ilustram essa técnica. Encontrámos muitos outros casos que não podemos evocar aqui.

Concluimos dos elementos aduzidos nesta primeira parte que o projeto mineiro, tal como estava delineado, envolvia um conjunto importante de riscos graves, tanto na fase de lançamento como na fase de laboração e por fim na fase de encerramento. Os riscos ecológicos, sociais, financeiros, derivavam da possibilidade de acidentes – riscos prováveis. Mas vimos que a execução normal do projeto isto é, correspondendo à descrição a priori e na ausência de acidentes comportava riscos não prováveis, mas certos: danos ecológicos, custos financeiros que ocorreriam com certeza.

Perceção dos riscos

A descrição que precede prosseguia um objetivo: permitir ao leitor avaliar a escala dos riscos, a sua diversidade, intensidade e probabilidade, por comparação com casos análogos²⁰. A questão central do nosso inquérito é a de saber qual a perceção que os habitantes têm desses riscos. Tentamos depois avançar algumas hipóteses quanto a essa perceção ou ausência dela. O inquérito desenrolou-se ao longo de um pouco mais de dois anos e foi suscitado por uma preocupação cidadã. Sem qualquer financiamento externo, ele iniciou-se com uma consulta aprofundada dos documentos regulamentares públicos (acima mencionados) e da documentação da empresa: o projecto²¹, os estudos prévios sobre certos parâmetros, os documentos de gestão da empresa²². Estes foram extremamente úteis para perceber o ponto de vista da empresa, visto que, estando cotada nas bolsas de Toronto (Canadá) e de Frankfurt (Alemanha), ela deve publicar relatórios de gestão e pontos de situação e tem a obrigação de submeter esses

documentos a auditorias externas²³, em princípio independentes. Trata-se das garantias legais que tendem a salvaguardar os interesses dos investidores atuais ou potenciais. Apesar da complexidade desses documentos, eles forneceram uma excelente base de conhecimento sobre o projeto mineiro e sobre a própria empresa. A fim de entender minimamente o que estava em causa, revelou-se indispensável consultar uma abundante documentação técnica sobre a própria mina: métodos de extração, técnicas de tratamento do minério (moagem, lavagem, separação), questões de armazenamento dos escombros (inertes) e dos resíduos (lamas). O impacto sobre o ambiente e em particular sobre a saúde pública foi estudado a partir de estudos sobre casos análogos, como os que vêm referenciados nas notas 32 a 35, tanto na hipótese de laboração normal, como na hipótese de ocorrência de acidentes.

Adquirido esse conhecimento, tornava-se possível desenhar um quadro teórico dos riscos (sua probabilidade e sua gravidade) e compará-lo com a percepção que deles dispunham os responsáveis locais (autarquias) e a população. Quanto às primeiras, já vimos que num primeiro tempo, em virtude do raciocínio (mina = mais empregos, mais desenvolvimento), as tomadas de posição e as decisões foram claramente favoráveis à mina.

A pressão dos media

Os inquéritos junto da população local (recordemos, cerca de 300 habitantes) permitem identificar três tipos de posições quanto ao projeto de mina: resignação ("mesmo que a gente não queira eles avançam"), esperança de melhoria das condições económicas (comerciantes – bomba de gasolina, cafés) e emprego; crítica e oposição ("eles levam o ouro e deixam o buraco", "estragam tudo"). Na impossibilidade de quantificar os valores relativos da adesão a cada uma destas três posições, arriscamos uma avaliação qualitativa a partir dos numerosos contactos no terreno realizados entre 2011 e 2015: é a resignação que domina, a "esperança" de melhoria, é restrita (comerciantes, desempregados ou empregados precários); por fim, a oposição é muito minoritária, limitada a um pequeno setor da população (algumas pessoas isoladas, alguns proprietários de quintas, intelectuais, profissionais liberais – ao todo uma dezena de pessoas). Sobretudo, ao que foi possível inquirir, os habitantes não possuem informação sobre o projeto mineiro: a maior parte, não

sabe em que consiste, e ainda menos quais as eventuais consequências da sua realização (para o local, para as suas vidas). Aqueles que sabem algo sobre o projeto dependem do discurso generalista dos media (sobretudo da televisão, menos dos jornais), discurso sensacionalista, triunfalista, diretamente inspirado (e informado) pela empresa, que nesse período leva a cabo uma intensa operação de comunicação, que podemos resumir: "A nova corrida ao ouro"²⁴, "Mina de ouro cria perspectiva de emprego"²⁵. "A esperança no ouro alentejano. Mesmo os mais céticos sonham que na exploração mineira possa estar o filão económico que lhes resgate o futuro"²⁶ "Mina de ouro no Alentejo produzirá 175 milhões de euros em cinco anos"²⁷.

O acesso aos documentos da empresa por parte da população, onde se descrevem as características técnicas da futura mina, é praticamente nulo. Não que os documentos não existam ou não estejam acessíveis, visto que o sítio da empresa na internet os contém²⁸; mas são documentos técnicos, de difícil análise. Relembre-se que estes Avisos foram publicados no DR em idêntica forma, pelas duas câmaras municipais (CME e CMM), sem qualquer referência às alterações introduzidas nos regulamentos a pedido da empresa e da DGEG, como aliás é normal que aconteça, mas faz com que apenas uma análise linha a linha permite identificar as enormes diferenças que as alterações em três ou quatro alíneas introduziram num documento de dezenas de páginas.

O Resumo Não Técnico ²⁹ do projeto esteve disponível para consulta na Junta de Freguesia da Boa Fé e na Câmara de Évora mas, por estranho que pareça, ninguém os tinha consultado até finais de 2013, ou seja, mais de dois anos depois da publicação dos Avisos sobre Monfurado, que poderiam ter alertado a população.

Porque é que os riscos são tão difíceis de perceberem?

Por definição a perceção do risco envolve uma capacidade de antecipação, visto que o risco é desde logo a simples probabilidade de que um evento desfavorável venha a acontecer. Embora possamos admitir que em circunstâncias diferentes os motivos que tornam a perceção do risco difícil sejam igualmente diferentes, é possível que existam causas comuns para a ignorância do risco. Um facto notável é a sistemática subestimação dos riscos por parte dos engenheiros e dos responsáveis das empresas mineiras, mesmo que deduzamos a parte de

deliberada ocultação de fatores desfavoráveis aos interesses em causa. As inspeções, as auditorias técnicas, as monitorizações que falham em identificar riscos mesmo quando são iminentes, são tão numerosas, as declarações de responsáveis depois dos acidentes por vezes marcadas por tanta autenticidade, que devemos fazer a hipótese que algum mecanismo comum existe, que contribui para tornar opaco o horizonte de risco. A hipótese da mentira pura e simples não parece suficiente.

Um exemplo recente, notável, é o do acidente ocorrido no Monte Polley, no Canadá em 4 de agosto de 2014. O presidente da companhia detentora da mina, Brian Kynoch declarou imediatamente após o acidente que não teria admitido, dias antes, que ele fosse possível: "I apologize for what happened," (...) "If you asked me two weeks ago if this could have happened, I would have said it couldn't."³⁰ Os engenheiros da mesma companhia, ao responder às consultas exigidas pela Environment Protection Agency (EPA) norte-americana tinham escrito em defesa do projeto de mina em Pebble: "Modern dam design technologies are based on proven scientific/engineering principles, and there is no basis for asserting that they will not stand the test of time." (June 28, 2013 Knight Piesold Memorandum to EPA, Table 1, at 6.)³¹

Idêntica constatação impõe-se no caso do acidente da mina de Mariana (Ouro Preto), no Brasil, em 5 de novembro de 2015: A companhia proprietária da mina, Samarco, "garantiu que a barragem, na qual se realizavam obras de ampliação, tinha sido inspecionada em julho [de 2015] e que apresentava "totais condições de segurança" [sublinhados no original]. Pouco antes do acidente foram registadas pequenos abalos sísmicos, muito comuns nesta região. A Samarco tinha aliás indicado que, na sequência destes abalos, tinha enviado para o sítio uma equipa de inspeção que nada tinha detetado de anormal, uma hora antes da catástrofe"³² [Tradução e sublinhado meus]. Contudo, existe conhecimento consensualizado sobre a probabilidade e sobre as causas mais frequentes da rutura das barragens de rejeitados³³. Algo impede a informação de se tornar conhecimento por parte dos técnicos. Uma interpretação em termos de interesses não parece suficiente.

A perplexidade perante o paradoxo "sabe-se mas não se acredita" foi analisada por Michael P. Davies que conclui do seu estudo sobre as ruturas de barragens de rejeitados:

As a positive corollary to the axiom, if the reasons for tailings dam failures are readily identifiable, there is the potential to essentially eliminate such events with an industry-wide commitment to correct design and stewardship practices. The necessary knowledge for such a scenario exists; the knowledge just has to be used. From the design perspective, the impoundments have, and continue to, speak to us. Are we listening?

Em suma, sabe-se (as estatísticas sobre as ruturas são claras) e age-se como se não soubesse: "So why do failures of tailings dams continue to occur? Why is the failure rate increasing in comparison to a few decades ago?" (Davies 2002).

Se a informação técnica dificilmente altera o comportamento dos engenheiros, é expectável que as pessoas não qualificadas tenham ainda mais dificuldade em avaliar e antever as ocorrências que representam riscos. Com efeito, uma característica fundamental do conceito de "risco", é que ele opõe realidade (o que é, o que é visível) e possibilidade (o que não existe mas poderia, eventualmente, acontecer) ³⁴ (Sjöberg et al. 2004). Os contactos no terreno, iniciados em 2012, revelaram que não só a informação técnica está totalmente ausente, mas a informação de ordem geral é muito escassa. Os entrevistados ignoram a dimensão do projeto (superfícies afetadas, profundidade das cortas, dimensão das barragens, altura dos diques), como não conseguem descrever os impactes prováveis no ambiente da pequena região. Os perigos induzidos, as consequências sociais a mais longo prazo, são parâmetros que parecem inacessíveis. Os únicos elementos que, segundo constatámos, são mencionados (e talvez conhecidos), são os que respeitam às promessas de criação de empregos, o que se nos afigurou como uma componente cultural forte: o "desenvolvimento económico" é noção sinónima de "atividade e esta é positiva e unívoca, o "emprego" é uma necessidade e um bem, quaisquer que sejam a sua natureza, duração, condições, etc. Dado que a intervenção em que participámos era orientada para a elucidação dos riscos e dos custos ocultos do projeto, a crença empírica, imediata, que tínhamos que ultrapassar para que uma pequena parte da informação que se tratava de fazer passar fosse recebida, era a de que a mina traria trabalho e riqueza para todos. As chamadas de atenção para o carácter problemático das promessas da empresa nesses domínios e para a pouca credibilidade que elas mereciam foram interpretadas por alguns dos nossos interlocutores como resultantes duma espécie de má-vontade contra a empresa em particular. Quanto aos riscos que as instâncias técnicas (empresa,

DGEG, autarquias) reconheciam embora os minimizassem, eles surgiam como puras ficções, dado que nada de concreto podia ser demonstrado. Não tendo a população acesso visual, por experiência direta, aos danos causados por projetos análogos em outros locais, a destruição das paisagens (incluindo o património arqueológico e construído mais recente), da flora e da fauna, danos futuros e para o senso comum essencialmente incertos revelaram-se, de início, quase em absoluto inimagináveis³⁵. E a possibilidade de tornar tais danos imagináveis, tornou-se o cerne da ação de informação. Durante as visitas ao terreno, surgiu nos contactos em primeiro lugar "o buraco": como já referimos, várias pessoas mencionavam "o buraco" que seria deixado pela mina como algo de muito negativo. Mais tarde, à medida que a informação ia sendo difundida por diversos membros do grupo de ativistas, vários habitantes mostraram-se inquietos com a possibilidade que as escavações e os rebentamentos na mina viessem a fazer secar poços e nascentes cuja utilidade é diária, visto que todas as hortas e todos os jardins são regados com essas águas. Outro tema que surgiu nos meses que seguiram foi a impossibilidade de acesso a uma vasta zona, que seria vedada e proibida a qualquer uma das atividades que a população local ali costuma desenvolver, desde a simples passagem ao passeio e à caça. O mesmo não acontecia com a poluição química provável, quer pela via líquida (efluentes suscetíveis de contaminar as linhas de água e os aquíferos), quer pela via eólica (empoeiramento, contendo nomeadamente arsénico e metais pesados), que permaneceram até muito tarde ausentes dos discursos e na verdade, puramente abstratos, inimagináveis.

As autarquias, à partida favoráveis por razões desenvolvimentistas (emprego, atividade económica a todo o custo) foram tomando pouco a pouco consciência da forma como os seus serviços técnicos tinha tratado o processo (projeto mineiro), com base numa informação incompleta sobre as diversas ordens de riscos. A informação tinha sido exclusivamente fornecida pela empresa e avalizada pelo ministério. Em sucessivas reuniões públicas ("de esclarecimento")³⁶ convocadas pelas autoridades, tornou-se cada vez mais óbvio que essa informação era lacunar, orientada para a satisfação dos interesses da empresa e minimizava certos riscos enquanto ocultava ou negava outros. A participação das pessoas que se tinham reunido num grupo informal de ação, trazendo a lume as lacunas, as avaliações infundadas dos riscos, a

ausência de mecanismos de garantia das responsabilidades teve um eco cada vez maior. Interpelada em 2012 por uma Eurodeputada (Marisa Matias, Bloco de Esquerda), a Comissão Europeia (CE), na pessoa do Comissário Janez Potočnik³⁷ respondeu em 2013 que a Comissão abriu um inquérito. Os poderes autárquicos, para quem a situação era pouco confortável, receberam documentos solidamente fundamentados que demonstravam a falsidade de grande número de afirmações da empresa, nomeadamente no que respeita à probabilidade, à gravidade, dos riscos, e à ausência de mecanismos de responsabilização pelos danos eventuais (a empresa tinha explicitamente declarado que um eventual contrato de seguros teria um custo de apólice incomportável). As respetivas posições mudaram. Ambas as autarquias (CME, CMM) acabaram por dar pareceres negativos à solicitada declaração do projeto como Projeto de Interesse Municipal (PIM)³⁸. Durante o verão, a associação ambientalista "Quercus", alertada pelo grupo informal, tinha tomado a decisão de comunicar à CE a violação das normas em vigor no que respeita às áreas "Natura 2000" e de contestar o projeto mineiro nos tribunais.³⁹

Apesar da criação de dois blogues⁴⁰ e de algum eco assim conseguido pelo grupo informal, uma parte significativa da população, pouco familiarizada com este tipo de suportes, não terá recebido ou aceite a informação.

Todavia, enquanto a informação "dura" (estudos técnicos, relatórios fundamentados⁴¹) se mostrava eficaz em relação às autarquias cujos serviços técnicos reconsideraram os dados do projeto, em relação à população, esses dados permaneciam abstratos e sem impacte. Foi apenas no decurso de visitas informais, de conversas soltas junto das habitações, dos pequenos alpendres ou dos anexos, dos jardins, das hortas, que a informação foi assumindo contornos vivos. Uma das famílias mora numa casa modesta à beira da ribeira de São Brissos, que corre a menos de 30 metros abaixo da horta e do chiqueiro do porco. Não tendo consultado mapas à escala, não tendo a noção da distância abstrata que os mapas traduzem, a família não se tinha dado conta que a ribeira seria entulhada e "transferida" para outro vale e que a falésia da corta das Casas Novas seria um precipício de cerca de cem metros de profundidade a pouco mais de 40 metros da sua casa; um precipício que antes mesmo de estar completamente escavado destruiria de maneira total e irremediável o seu meio íntimo de vida: rebentamentos, poeiras, passagem de camiões pesados

em frente da pequena aldeia, a menos de cem metros. Uma senhora bordava, sentada junto às suas roseiras, outra cuidava do jardim. Outras pessoas, nascidas e criadas ali, ficavam verdadeiramente estupefactas quando recebiam a informação: se a mina se fizer, o seu poço, a sua nascente vão secar; aquelas árvores – sobreiros mais velhos que qualquer velho da aldeia, vão morrer. Outra pessoa inquietava-se: "e com a dinamite, não vão rebentar com a minha casa?". O facto é que à distância prevista, os danos às casas seriam mais que prováveis: certos. A empresa trabalhou sem o saber para reforçar este sentimento de ameaça sobre o universo íntimo dos habitantes, mantendo um discurso que se queria tranquilizador: "nós reembolsamos os estragos" - o que confirmava que os haveria; ou ainda: "nós compramos-lhe a casa por mais do que o seu valor": confirmava-se a probabilidade da expulsão. Ao longo do ano, o fantasma do emprego e do desenvolvimento, cujo estereótipo angaria adesão espontânea, foi perdendo força.

A perda e o espelho quebrado do risco: o desastre "já aconteceu"?

O concreto, e sobretudo, o íntimo, aquilo que faz com que as vidas das pessoas não é um processo definido por parâmetros abstratos, mas feito de sensações, de gestos e de memórias, foi ocupando um lugar decisivo na relação que as pessoas tinham com o projeto da mina. Quando, não tendo a destruição do espaço íntimo podido ser evitada, os habitantes das aldeias submersas pelas barragens evocam – mais de sessenta anos depois – a perda que sofreram, já não são tanto os aspetos económicos quantificáveis (terras, produção, bens)⁴², mas sim os aspetos mais diretamente ligados a uma experiência emocional (Faure 2008), ou à experiência do espaço "próximo", do que "toca" (Huynen 1997) que são evocados.

Para elucidar o paradoxo da crença que uma certa catástrofe é "impossível", sabendo-se que ela vai acontecer, J.-P. Dupuy elabora a parábola de Noé. Avisado por Deus da sua decisão de provocar um dilúvio, e autorizado a informar os homens, Noé veste-se de burel e cobre a cabeça com cinzas, em sinal de luto. Os seus contemporâneos perguntam-lhe de quem é o luto que ele traz. Noé ter-lhes-á respondido: "É o vosso luto, porque vocês vão todos morrer; um dilúvio vai tudo submergir e tudo destruir." Perante a incredulidade com que as suas palavras são recebidas, Noé persiste e vai construir a sua Arca

a fim de salvar as espécies animais e vegetais. O Dilúvio acontece, e a ameaça que era que tudo seria destruído não se realiza, visto que algo – o essencial – foi salvaguardado pela Arca. J.-P. Dupuy (2002) designa como "catastrofismo esclarecido" a postura que consiste em "fazer como se a catástrofe já tivesse acontecido", única maneira de evitar que ela aconteça, postura teórica que Guénard e Simay (2011) consideram como "um novo paradigma" no pensamento do risco. A "dobra" (R. Thom) do plano de realidade que abre o caminho que leva da perda iminente à perda irremediável, do risco ao dano, apresenta-se como o limite entre o impensável e o acontecido.

O que está em jogo quando um grupo de pessoas, por mais minoritário que seja, se apercebe que uma catástrofe como a da realização do projeto de mina na Boa Fé é, mais que possível, certa, é efetivamente a capacidade para agir como se a catástrofe já tivesse acontecido: assim se torna possível visualizar e dar a ver os estragos irreversíveis que a mina provocaria, antes que eles se produzam.

E se a catástrofe pode resultar dum desses acidentes inacreditáveis mas prováveis, no caso da mina a própria laboração normal causaria com certeza a destruição, irreparável, numa pequena região e da pequena sociedade que nela encontra a sua razão de viver.

Notas

1 Riofinex Ltd. Sociedade Mineira Rio Artezia, Lda. Britânica. Criada em 1958, cessa a atividade em 2003. Liquidada em junho de 2006.

2 Moriminas. Sociedade Mineira de Montemor. Sociedade Unipessoal, Lda., assina dois contratos de prospeção com o Estado, em 1995 e 1997.

3 Que é uma "Canadian junior gold exploration company operating primarily in Portugal [and] operates as a subsidiary of Galena International Resources Ltd".

4 Também canadiana, comprada pela Lundin Mining, 2007, que foi por seu turno comprada pela Edgewater Exploration Ltd. em 2010.

5 A Iberian foi comprada em 2007 pela australiana Tamaya Resources Limited, a qual entrou em falência em 2008, 16 meses depois de ter comprado a Iberian, e foi finalmente liquidada em 2010. Tamaya R. L. era uma subsidiária da Australian Iron Ore Plc (AIO), que arrastou na falência, tendo os ativos sido adquiridos em 25 de maio de 2012 pela Caspian Holdings Plc (AIM:CSH). Estes ativos incluíam os da Iberian Resources Portugal Recursos Minerais Unipessoal Lda, que se tinha tornado numa subsidiária

possuída a 100%. Australian IO PLC. Após uma sequência que não conseguimos determinar, a Iberian Resources Corp é atualmente subsidiária da Petaquilla Minerals Ltd.

6 Ver Global Gold's royalty and other interests in Iberian Resources projects in Armenia have passed to Tamaya Resources following the merger of those two companies and are registered at the Ministry of Energy and Natural Resources despite Tamaya Resources "entry into bankruptcy in Australia" (Global Gold Corporation, 2011).

7 Em julho de 2009 a Câmara Municipal de Montemor (CMM) recebe e decide de submeter a aprovação o "Programa de Gestão para os Valores Naturais do Sítio de Monfurado".

8 Em junho do mesmo ano (2010) será publicado o inventário intitulado "Caracterização da situação de referência". Todos os documentos mencionados foram acedidos nas páginas web da CMM e da CME entre fevereiro de 2011 e novembro de 2015.

9 A empresa reconhece que "as áreas de exploração de Casas Novas e Chaminé situam-se no concelho de Évora, na freguesia de N.ªS.ª da Boa Fé, inserindo-se a primeira no Sítio de Monfurado (áreas de conservação e valorização). As mineralizações auríferas de Ligeiro, Braços e Banhos situam-se também no concelho de Évora, podendo as respetivas explorações serem equacionadas numa segunda fase do projeto. Destas, a área de exploração de Banhos fica inserida no Sítio de Monfurado (áreas de conservação e valorização)".

10 O carácter vinculativo do parecer "da DGEG" sobre o projeto da Coltresources e o papel decisivo que lhe foi reconhecido são tanto mais notáveis, que o autor e signatário foi o Eng.º Luis Martins, então Chefe da Secção de Pedreiras e Minas na DGEG. Luis Martins viria a tornar-se, meses mais tarde, Diretor dos Negócios Europeus da mesma Colt Resources. E continua como titular desse cargo (11 de novembro de 2015). Ver <http://coltresources.com/management-team/> Acedido em 11 de novembro de 2015.

11 SIC - Sítio de Interesse Comunitário.

12 Adiante veremos que a necessidade desta declaração, introduzida para evitar eventuais crispações, visto que dá uma garantia suplementar, acabará por constituir um importante trunfo para as entidades e grupos que criticam o projeto mineiro.

13 As ocorrências deste discurso contam-se por dezenas. Não podemos aqui evocá-las em pormenor.

14 Auditoria de: SRK Consulting (U.S.), Inc., 4 mar., 2011.

15 Cianeto de potássio, de sódio ou de cálcio, venenos poderosíssimos.

16 Younger, P.L., Wolkersdorfer, Chr., Bowell, R.B. and Diels, L. "Partnership for Acid Drainage Remediation in Europe (PADRE): Building a Better Future Founded on Research and Best Practice". Paper presented at the 7th International Conference on Acid Rock Drainage (ICARD), March 26-30, 2006, St. Louis MO. R.I. Barnhisel

(ed.) Published by the American Society of Mining and Reclamation (ASMR), 3134 Montavesta Road, Lexington, KY 40502. <http://www.padre.imwa.info/docs/2571-Younger-UK-3.pdf>

17 Com um teor em arsénico de 6 a 9kg/t de rochas, 6,4 milhões de toneladas de escombros conteriam entre 6 e 9.000 toneladas de arsénico. O que tem sido considerado um problema maior da extração mineira de sulfuretos nas minas de ouro.

18 Ver o documento Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP). <http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA2620/parecerca26202014101515206.pdf>

19 Ver a página da empresa em coltresources.com.

20 Definições: perigo - possibilidade que um evento desfavorável aconteça; risco: probabilidade e gravidade desse acontecimento. (Sjöberg et al. 2004). O risco resulta dum cálculo: probabilidade x gravidade. O perigo pode ser percecionado sem que se calcule (ou possa calcular) o seu risco.

21 Contecmina, Colt Resources (2012).

22 Nomeadamente: Colt Resources (2011 e 2012).

23 Nomeadamente Colt Resources (2011).

24 Correio da Manhã, 26 de abril de 2013.

25 Correio da Manhã, entrevista a J. E. de Oliveira, Presidente da CME, 15 de junho de 2012.

26 Correio da Manhã, 16 de agosto de 2012.

27 Público, 02.11.2011.

28 Aliás, todos os dados que aqui citamos, sem exceção, quanto às características técnicas do projeto mineiro são extraídos dos documentos da empresa (documentos sobre o projeto, documentos de auditorias, financeiros, etc.), publicados no seu sítio: <http://coltresources.com/>.

29 Geomega, Aurmont Resources (2013).

30 http://www.huffingtonpost.com/joel-reynolds/nw-showing-pebble-mines_b_5659533.html. Acedido em novembro de 2015.

31 <http://www.theguardian.com/environment/2014/aug/13/mount-polley-mine-spill-british-columbia-canada>. Acedido em agosto de 2014.

32 http://www.lemonde.fr/planete/article/2015/11/05/bresil-coulee-de-boue-gigantes-que-apres-la-rupture-d-un-barrage-minier_4804268_3244.html Acedido em 9 de novembro de 2015.

33 Rico, M. et al., 2015.

34 "All risk concepts have one element in common; a distinction between reality and possibility" (Sjöberg et al. 2004).

35 Pautard (2014) encontrou uma maior capacidade para antecipar possíveis riscos entre as pessoas que já sofreram algum tipo de incidente, do que entre aquelas que não tiveram esse tipo de experiência.

36 Reuniões nas Juntas de Freguesia de Casas Novas, de São Sebastião da Giesteira, de Santiago do Escoural e nos Paços do Concelho de Évora (CME).

37 PT E-012693/2013 / Resposta dada por Janez Potočnik em nome da Comissão(17.01.2014): "Na sequência das informações prestadas pelas Senhoras Deputadas na pergunta escrita E-010558/2012, a Comissão abriu um inquérito (...)"

38 A 23 de setembro de 2014 a Câmara Municipal de Évora deliberou contra a declaração de Interesse e fez idêntica proposta à Assembleia Municipal (AM). Esta, a 25 de setembro, votou unanimemente contra a declaração de interesse municipal pedida pela Aurmont e manifestou-se contra a instalação da mina na Serra de Monfurado. A AM deliberou ainda transmitir esta sua oposição à mina ao PR, AR, ministros da Agricultura, Ambiente e Economia.

39 Em 14-07-2014 a Quercus contesta judicialmente a exploração mineira da Boa Fé, na Serra do Monfurado, em Évora. Em causa aafetação de montado de sobreiro e da Rede Natura 2000. <http://www.quercus.pt/comunicados/2014/julho/3750-quercus-contesta-judicialmente-exploracao-mineira-da-boa-fe-na-serra-do-monfurado-em-evora> Acedido em 09-11-2014.

40 <https://projectomineirodaboafe.wordpress.com/> ver recortes de imprensa no mesmo blogue: <https://projectomineirodaboafe.wordpress.com/imprensa/mina-da-boa-fe/>; e <https://minadaboafe.wordpress.com/como-e/> (set. 2012).

41 Nomeadamente, José Rodrigues dos Santos (2013).

42 Uma abundante literatura que não podemos aqui evocar demonstra que um processo análogo está em causa na perceção nos movimentos de expulsão de populações, de exílios, de refúgios. Impensável antes, a expulsão é primeiro percecionada em termos de perdas de bens, mas o que permanece décadas, gerações depois, é a perda irremediável do íntimo.

Referências bibliográficas

- BECK, U. (2008), *La société du risque. Sur la voie d'une autre modernité*, trad. L. Bernardi, réed. Paris, Champs-Flammarion.
- CHANVALLON, Stephanie. (2009), *Anthropologie des relations de l'Homme à la Nature : la Nature vécue entre peur destructrice et communion intime. Social Anthropology and ethnology. Université Rennes 2; Université Européenne de Bretagne, 2009. French. <tel-00458244v2>*.

- CONTECMINA, Colt Resources (2012), "Projeto de exploração mineira Boa Fé. Memorial descritivo." Luxemburgo, Belo Horizonte, junho de 2012. 272 p.
- COLT RESOURCES, Schwartz Levitsky Feldman Iip (2011), Audited Consolidated Financial Statements. Toronto, December 31, 2011 and March 31, 2011. 52 pages.
- COLT RESOURCES (2011), Annual Information Form for the Fiscal Year Ended December 31, 2011. February 8, 2013. 89 pages.
- COLT RESOURCES INC. (2012), Management's discussion & analysis of the financial condition and results of operations, For the three and nine month period ended September 30, 2012 and September 30, 2011. This MD&A is dated November 28, 2012.
- COLT RESOURCES INC. (2012), Management's discussion & analysis of the financial Colt Resources Inc. (2011), Condition and results from operations. Management's Discussion & Analysis For The Three and Nine Months Period Ended September 30, 2012 and September 30, 2011.
- COLT RESOURCES INC. (2012), Summary of Quarterly Results / December 31 2012.
- DAVIES, M:P. (2002), "Tailings Impoundment Failures: Are Geotechnical Engineers Listening?" *Geotechnical News*, sep. 2002, 31-36.
- DUPUY, J.-P. (2002), *Pour un Catastrophisme Eclairé. Quand L'impossible Est Certain*, Paris, Seuil.
- DUPUY, J.-P. (2005), *Petite métaphysique des tsunamis*, Paris, Seuil.
- EPA (1994), "Technical document. Acid Mine Drainage Prediction". US Environmental Protection Agency, Office of Solid Waste, Special Waste Branch. Washington DC. 48 p.
- FAURE, A. (2008), "Des normes sociales pour les déplacements de population causés par les grands barrages. France, XXe siècle", *Revue de Géographie Alpine/ Journal of Alpine Research* [En ligne], 96-1 | 2008, 3 mar.2009, consulté le 9 novembre 2015. <http://rga.revues.org/385>; DOI: 10.4000/rga. 385.
- GEOMEGA, Aurmont Resources (2013), Projeto de Exploração Mineira da Boa Fé. Estudo de Impacte Ambiental. Resumo Não Técnico. Porto, Lisboa, janeiro de 2013. 42 p.
- GLOBAL GOLD CORPORATION (2011), "Global gold's royalty and other interests in Iberian Resources projects in Armenia have passed to Tamaya Resources" <http://www.globalgoldcorp.com/> Acedido 08-11-2015.
- GUÉNARD F. & SIMAY PH. (2011), *Du risque à la catastrophe À propos d'un*

- nouveau paradigme, le 23 mai 2011 <http://www.laviedesidees.fr/Du-risque-a-la-catastrophe.html>
- GUILLAUME, B. and Charron, S. (s.d.), "Exploring implicit dimensions underlying risk perception of waste from mining and milling of uranium ores in France". http://www.irsn.fr/FR/Larecherche/publications-documentation/Publications_documentation/BDD_publi/DSDRE/Documents/IRPA-10-P10-176.pdf
- HUYNEN C. (1997), "La proximité dans l'esprit du temps". Recherches en Communication, n. 7, p. 181-198.
- PAUTARD, E. (2014), "Le sentiment d'exposition aux risques environnementaux". Chiffres et Statistiques, Paris, Commissariat Général au Développement Durable, n° 567, out. 2014. http://www.statistiques.developpement-durable.gouv.fr/fileadmin/documents/Produits_editoriaux/Publications/Chiffres_et_statistiques/2014/chiffres-stats567-eser-octobre2014.pdf
- RECORD (2006), Evaluation et Acceptabilité des Risques Environnementaux. Méthodes d'évaluation, analyse comparative ; Etude sociologiques des représentations des risques, synthèse bibliographique, 228 p, n. 04-0810//0811/1A, https://cites.unia.es/file.php/1/files/record-04-0810-0811_1A.pdf
- RICO, M. et al. (s.d.), "Reported tailings dam failures. A review of the European incidents in the worldwide context". http://digital.csic.es/bitstream/10261/12716/3/MayteRico_08.pdf s.d. Acedido 8 novembro 2015.
- SANTOS, José Rodrigues dos (2013), "Projeto mineiro da Boa Fé. Riscos industriais, riscos económicos e seus efeitos ambientais e humanos. Uma análise da "engenharia" semântica duma mentira e das modalidades da sua credibilização". Manuscrito policopiado. Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) Universidade de Évora. Projeto Estratégico UID/HIS/00057/2013. Março de 2013 a maio de 2015. 35 p.
- SJÖBERG L., BJØRG-ELIN M., AND RUNDMO T. (2004), "Explaining risk perception. An evaluation of the psychometric paradigm in risk perception research". Rotunde publikasjoner, Rotunde n. 84, 2004, Editor: Torbjørn Rundmo. Norwegian University of Science and Technology, Department of Psychology, 7491 Trondheim, Norway. http://www.svt.ntnu.no/psy/torbjorn.rundmo/psychometric_paradigm.pdf
- YOUNGER, P.L., WOLKERSDORFER, CHR., BOWELL, R.B. AND DIELS, L. (2006), "Partnership for Acid Drainage Remediation in Europe (PADRE): Building a Better Future Founded on Research and Best Practice". Paper pre-

sented at the 7th International Conference on Acid Rock Drainage (ICARD), March 26-30, 2006, St. Louis MO. R.I. Barnhisel (ed.) Published by the American Society of Mining and Reclamation (ASMR), 3134 Montavesta Road, Lexington, KY 40502. <http://www.padre.imwa.info/docs/2571-Younger-UK-3.pdf>